



JUVENTUDES ESCOLARES E O DIREITO À ESCUTA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Leonardo da Silva Greque Junior¹
Vitória Lima Colares²
Vânia Alves Martins Chaigar³
Alisson Souza Corrêa⁴

RESUMO: Entendemos que a formação é um projeto coletivo de trocas, escutas e narrativas. Nesse viés, este resumo tem por objetivo revisar a bibliografia existente sobre as relações da escola com as experiências juvenis, sobretudo no contexto pós-pandêmico atual. Para tanto, foram utilizados materiais encontrados em bases de dados online, resoluções públicas e obras de Paulo Freire. Estudos recentes destacam o aumento da evasão escolar neste período, indicando a necessidade de (re)pensar a escola enquanto um espaço produtor de humanidades e subjetividades. Por fim, buscamos aproximar e compreender as dimensões das juventudes, suas experiências e vivências na relação com a cidade e seus pares.

Palavras-Chaves: Juventudes; Escuta; Escola; Educação; Covid-19.

INTRODUÇÃO: De onde pensamos, nos expressamos e prospectamos

Constituímos um coletivo – *Redes de cultura, estética e formação na/da cidade - Recidade*, gostamos de dizer, permeado por diferentes áreas do conhecimento e epistemologias plurais. Buscamos não professar o ‘monoteísmo’ teórico metodológico, embora tenhamos um paradigma comum: o ético-estético defendido por Paulo Freire, que se indigna com a “feitura” liberal que tudo transforma em cifras, padroniza e descarta quem não deseja e/ou consegue se enquadrar. Levamos em conta o contexto distópico e a tristeza que sombreou nossas vidas, mas, também, inspirados em Paulo Freire entendemos que a ‘denúncia’ de um projeto esvaziado de vida também precisa conter um ‘anúncio’ que o ultrapasse (FREIRE, 1997), que apresente um passo, mesmo que pequeno, em direção à construção do futuro. E este sempre vem, como cantou outro nordestino de nome Belchior!

Imersos nesse paradoxo entendemos que a formação é um projeto de coletivo, trocas, escutas e narrativas. “Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1978, p. 79). Ela igualmente não ocorre apenas institucionalmente, na escola ou na Academia, mas em todo e qualquer momento em que interagimos com outras pessoas, animais, árvores, rios, pedras... Quando nos deparamos com o inesperado, com a dor, alegria, perplexidade,

¹ Mestrando em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande - FURG. E-mail: legreque@gmail.com

² Graduanda em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande – FURG. vitorialimacolares@gmail.com

³ Doutora em educação, Universidade Federal do Rio Grande - FURG. E-mail: ychaigar@gmail.com

⁴ Doutorando em educação ambiental, Universidade Federal do Rio Grande - FURG. E-mail: alissonzc@gmail.com



indignação... Quando nos deixamos fruir diante de uma obra de arte, uma canção ou poesia. A gente se forma e se (de)forma, e o tempo todo estamos nesse processo. Nesse sentido é que para Freire (1989) educação e formação se equivalem. Ele defende que diferentemente de outras espécies, a nossa é inacabada e sabe dessa condição, o que leva à necessidade de que se forme/eduque, ou seja, somos humanos na medida em que nos formamos/educamos. A humanização é uma possibilidade; não uma sentença.

Levando isso em conta, temos grandes e complexos desafios no presente. A aceleração de mudanças nos modos de produzir e comunicar o conhecimento, bem como os retrocessos sociais decorrentes de crises capitalistas que perduram há mais de três décadas (SOUSA SANTOS, 2020), acentuadas no período pandêmico, colocam em *xequê* modelos de formação de crianças, jovens e adultos. Nesse sentido António Nóvoa e Yara Alvim analisam a crise creditada nas *costas* de escolas, em especial às públicas:

Com discursos atraentes, inovadores, empreendedores, criativos, nega-se a herança histórica da escola e procura-se fomentar uma educação esvaziada das dimensões públicas e comuns, pautada pelo ritmo do “consumismo pedagógico” e do “solucionismo tecnológico” (NÓVOA; ALVIM, 2021, p. 3).

O alinhamento às políticas de mercado (cuja globalização está em colapso) pode ser percebida pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC, amparada em competências esvaziadas de conteúdo, que acentuam o tecnicismo e suas falsas soluções para a sala de aula. Há um aumento da competição e do individualismo; diminuição da solidariedade e do coletivo. Busca-se, e o Novo Ensino Médio bem representa isso, a responsabilização individual por eventuais fracassos seja em relação ao mundo do trabalho, seja em relação à vida social e comunitária. Atribui-se ao jovem, muito cedo, responsabilidades e escolhas que, a rigor, o mundo adulto deveria assumir, para que pudesse maturar e se desenvolver em sua totalidade.

Esse projeto vem sendo alimentado há muito, mas o alinhamento das políticas curriculares com avaliações estandardizadas cercou a educação de crianças e jovens, além de ter atingido duramente a profissão professor, precarizando-a economicamente, afetando seu prestígio social e fragilizando sua autonomia docente. No início dos anos 2000, o geógrafo Milton Santos chamava a atenção para o que denominava de perversidade do modelo que se imiscuía na educação, retirando de sua base a solidariedade, substituindo-a pelo individualismo.

O projeto educacional atualmente em marcha é tributário dessas lógicas perversas. Para isso, sem dúvida, contribuem: a combinação atual entre a violência do dinheiro e a violência da informação, associadas na produção de uma visão embaralhada do mundo; a perplexidade diante do presente e do futuro; um impulso para ações



imediatas que dispensam a reflexão, essa cegueira radical que reforça as tendências à aceitação de uma existência instrumentalizada (SANTOS, 2000, n.p.).

A associação da violência do dinheiro com a violência da informação aviltou a vida em comum, gerou apartações, fundamentalismos e, sim, colocou em xeque a nossa – frágil – democracia. Como sociedade estamos meio a cegas, buscando âncoras em meio a tempestades noturnas, mas na condição de quem forma/educa uma coisa sabemos bem: estamos ao lado de crianças e juventudes e, assentimos com a atriz Letícia Sabatela que opinou em sua conta no Instagram, que é cedo demais para *jogarmos a toalha*, pois este lindo planeta será o lar de muitos.

Mesmo fragilizados, prospectamos e entendemos que a construção do futuro é feita com os *tijolos* que assentamos no presente, na escuta atenta de crianças e jovens, considerando-os como “sujeitos sociais” (DAYRELL, 2004), dotados de cultura, inseridos em cotidianos de lutas e resistências, com identidades e conhecimentos peculiares. Mas, será que a escola, em especial a pós-pandêmica, está conseguindo levar em conta essa escuta? Dialoga com experiências das juventudes?

METODOLOGIA: por onde caminhamos?

Esta pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, onde buscamos o entendimento detalhado de aspectos que envolvem as relações sociais estabelecidas na sociedade, pavimentando assim uma perspectiva possível para investigar as experiências juvenis em diálogo com as instituições escolares (LIMA; MOREIRA, 2015). O que propomos aqui é uma revisão bibliográfica, articulando discussões que nos permitam compreender se o espaço escolar dialoga com as experiências e necessidades dos jovens. Triviños (1987) destaca que a técnica de revisão bibliográfica é basilar para o desenvolvimento de pesquisas científicas, pois os conhecimentos produzidos previamente possibilitam a construção de novas epistemologias e a superação de paradigmas a respeito dos assuntos em análise. Além das revisões de literatura realizada, também foram feitas consultas de fontes secundárias das legislações disponíveis no portal da Câmara, dados do Censo Escolar e do banco de dados da Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: uma breve reflexão

O cenário pós pandêmico impôs desafios sobre a escola, sobretudo no que se refere à readaptação ao modelo presencial de ensino, à evasão escolar e ao sofrimento emocional dos estudantes. Dados do Censo Escolar da Educação Básica - 2022 apontam que a taxa de



abandono escolar nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio foi, respectivamente, 2,2% e 6,5% na rede pública (BRASIL, 2023). Assim, podemos retomar às perguntas norteadoras deste trabalho a fim de (re)pensar a escola enquanto um espaço produtor de humanidades e subjetividades, uma vez que a ela cabe criar espaços dialógicos em que estudantes, professores e funcionários possam partilhar além de saberes, sentimentos e vivências (TOGNETTA et al., 2022).

Estamos propugnados pela observação de legislações que já vigoravam antes da pandemia do Covid-19, como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1992) e do Estatuto da Juventude (2013), além de práticas educativas que levem em consideração o direito à escuta de juventudes. Nesse viés, reconhecemos os jovens enquanto sujeitos que têm voz e possuem o direito à escuta. Compreendendo que, além dos marcadores culturais e sociais como gênero, etnia e classe social, a experiência geracional é um marcador essencial para consolidar uma geração (CORTILHO, 2023), temos que a construção de espaços de escuta voltados à juventude é um caminho para compreender a experiência juvenil no mundo pós-pandêmico. Neste momento sensível, no entanto, onde todos estavam fragilizados, se estabeleceram movimentações políticas para possibilitar o avanço de uma agenda neoliberal e conservadora sobre a população escolar de todo o país.

CONCLUSÕES: o que pensamos sobre isso?

Imersos em um retorno (pós-pandemia), digamos, a um mundo em erosão em que questões ambientais, políticas, culturais, epistemológicas misturam-se complexificando tudo que diz respeito à educação e, neste caso, à educação escolar, adotamos um alinhamento ético-estético baseado na escuta de juventudes. Mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão o coletivo *Recidade* busca se aproximar e compreender dimensões das juventudes, em especial a rio-grandina, suas experiências e vivências na relação com a cidade e seus pares. Mesmo que tateando, nos animamos a esse desafio, e apostamos que toda e qualquer mudança a favor da transformação social e das juventudes brasileiras, necessariamente tem que incluí-las.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Divulgado resultado da 2ª etapa do Censo Escolar 2022**. Brasília: Ministério da Educação, 19 mai. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/divulgado-resultado-da-2a-etapa-do-censo-escolar-2022#:~:text=J%C3%A1%20nas%20escolas%20particulares%2C%20o,0%2C5%25%2C%20respectivamente> Acesso em 26 de outubro de 2023.



BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 1992.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.

CORTILHO, Gabriel Cavallari. A experiência dos estudantes na Pandemia de COVID-19 e a categoria sociológica de Juventudes: entre o mal-estar coletivo e o “novo normal”. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES)**, v. 4, n. 1, p. 119-136, 2023.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, p. 40-52, 2004.. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04> Acesso em 22 de julho de 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática pedagógica. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LIMA, M. do S. B.; MOREIRA, É. V. A pesquisa qualitativa em geografia. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.37, v.2, p.27-55, ago./dez. 2015.

SANTOS, Milton. Os deficientes cívicos. **Folha de São Paulo/UOL**. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/dc_3_9.htm Acesso em 20 junho de 2018.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino; CUADRA-MARTÍNEZ, David Jorge; SOUZA, Raul Alves de; FIORANELLI NETO, Mário. O sofrimento emocional em adolescentes em tempos de pandemia do Covid-19. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 26, n. esp. 3, e022095, jul. 2022. Acesso em 26 de outubro de 2023.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.